

A (DES) IGUALDADE SOCIAL NAS AGENDAS DOS GOVERNOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL E DA BAHIA: O QUE ELES PRETENDEM AFINAL?

RECH, Carla Michele¹; SOTO, William Gómez²

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política – ISP da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: carlatsul@yahoo.com.br

² Professor Dr. do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Sociologia e Política – ISP da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: william.hector@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Com base nas reflexões de SEN (2001) e MARX (2000), pretende-se avaliar a agenda dos governos estaduais do Rio Grande do Sul e da Bahia que visam combater as desigualdades sociais, à luz das idéias apresentadas pelo autores supracitados.

Marx e Sen tecem críticas ao discurso a favor da igualdade dos governos liberais. No Brasil, uma das principais metas do atual governo é diminuir a miséria e promover a igualdade social. A reboque desta proposta nacional, os governos estaduais começam a preparar seus programas com esta mesma tônica.

Segundo MARX (2000) o principal equívoco dos programas é considerar iguais a indivíduos desiguais em termos de capacidades e necessidades. A mesma idéia é apresentada por SEN (2001) ao questionar o significado da igualdade, partindo do mesmo ponto em que a igualdade basal pode aprofundar as desigualdades, se estas não forem consideradas.

Para os dois autores é preciso rever o conceito de igualdade. SEN (2001) aprofunda de forma qualificada a noção de desigualdade que se apresenta a partir do trabalho e do direito igual apresentada por MARX. Para SEN (2001):

“Liberdades, direitos, utilidades, rendas, recursos, bens primários, satisfação de necessidades, etc. fornecem maneiras diferentes de ver as respectivas vidas de pessoas diferentes, e cada uma das perspectivas conduz a uma visão correspondente de igualdade.”

Para os dois autores todos somos desiguais. SEN (2001) radicaliza a noção de desigualdade ao afirmar que *“nossas características físicas e sociais nos fazem criaturas imensamente diversas”*. O autor destaca também que *“Um problema importante e frequentemente encontrado surge da concentração da discussão na desigualdade de rendas como o foco primário de atenção na análise da desigualdade”*. MARX (2000) propõe como perspectiva de igualdade a seguinte noção: *“De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”*.

SEN (2001) encerra o debate sobre a desigualdade sob o ponto de vista dos equívocos gerados a partir da estratégia corrente de medição da desigualdade a partir da renda, incorporando o traço restritivo, segundo ele, de tratar as rendas de todas as pessoas simetricamente, *“não importando quais dificuldades algumas pessoas têm, em comparação com outras, para converter a renda em bem-estar e liberdade.”*

O objetivo do presente trabalho é trazer à tona as reflexões sobre o tema e identificar as aproximações e ou distanciamentos dos programas dos governos do Estado do Rio Grande do Sul e da Bahia com as críticas realizadas pelos dois autores com relação à igualdade. Para tanto se faz necessário apresentar as

metas dos programas estaduais de combate a desigualdade social destes dois estados brasileiros.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para desenvolvimento do presente trabalho foi realizado levantamento bibliográfico sobre o tema, acompanhado de análise de conteúdo das propagandas institucionais dos governos estaduais do Rio Grande do Sul e da Bahia.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada mostra que no Rio Grande do Sul, o governo do Estado, lançou em 30 de junho de 2011, o Programa RS Mais Igual, que está integrado ao plano nacional Brasil Sem Miséria, do Governo Federal.

O Programa RS Mais Igual possui basicamente três eixos de atuação: transferência de renda, ampliação do acesso aos serviços públicos e geração de oportunidades aos que vivem em condições de vulnerabilidade econômica e social. O início da ação é a identificação as famílias com o perfil do Cadastro Único e do Bolsa Família e garantir-lhes a cidadania.

Segundo as propagandas institucionais, o RS Mais Igual tem como base a implementação de políticas públicas que buscam, até 2014, tirar da linha da pobreza extrema 306,6 mil gaúchos que ainda vivem em condições degradantes e desumanas, por meio da inclusão nos programas federais e dos projetos e ações de cada uma das secretarias e órgãos do Governo Estadual.

“Para alcançar este marco, o Governo do Estado complementar a renda das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família (PBF) que recebem até R\$ 70,00 por pessoa e participam dos cursos de formação, qualificação e escolarização. O Estado incentiva assim a educação e a formação profissional dos cidadãos como meio de obterem autonomia e independência financeira. Com maior capacitação, aumentam as oportunidades de trabalho e renda e o fortalecimento das redes de economia solidária e cooperativismo. O Governo, por sua vez, proporcionará a intermediação de emprego e ampliará as políticas de microcrédito por meio do fomento à produção com qualificação e assistência técnica. O RS mais Igual também ampliará o acesso aos serviços públicos de saúde, educação, habitação, saneamento e assistência social.”

Já o governo do Estado da Bahia lançou no início do mês de agosto do corrente ano o Programa “Vida Melhor – Oportunidade para quem mais precisa”. O programa vai promover a inclusão social e produtiva da população com investimento de R\$1,2 bilhão até 2015 em ações de geração de trabalho e renda, no campo e na cidade.

O público prioritário do Vida Melhor é formado por pessoas de 18 a 60 anos inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, pertencentes a famílias com renda per capita de até meio salário mínimo. Segundo as propagandas institucionais, o Plano vai atender 110 mil famílias na área urbana, empreendedores individuais e familiares, empreendimentos coletivos da economia popular e solidária, e 280 mil famílias na área rural.

4. CONCLUSÕES

Verificando o conteúdo das propagandas institucionais dos dois programas ora citados, observa-se que os dois partem do pressuposto da desigualdade de

rendas como o foco primário de atenção na análise da desigualdade, considerado o principal equívoco dos autores aos quais nos referimos no decorrer do estudo.

Adicionalmente, se prevê um atendimento igual para todos os cidadãos identificados pelo critério da renda, sem levar em consideração as dificuldades ou capacidades que possuem para converter a renda em bem-estar e liberdade.

Cabe aos sociólogos acompanharem o desenvolvimento destes programas e a eficiência dos mesmos em combater promover o desenvolvimento da população priorizada para o acesso ao conjunto de ações previstas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Programa RS Mais Igual**. Acessado em 29 de Junho de 2011. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/politica/7221607/governo-lanca-programa-rs-mais-igual-nesta-quinta>.

Programa “Vida Melhor – Oportunidade para quem mais precisa”. Acessado em 05 de agosto de 2011. Disponível em http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=8320883.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha**. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores, 2000.